

===== **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMEIS REALIZADA NO DIA 27 DE ABRIL DE 2017:** *Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano dois mil e dezassete, nesta cidade de Oliveira de Azeméis e sala de reuniões, no edifício da Câmara Municipal (antigo liceu) sito à Rua António Alegria, n.º 184, reuniu ordinariamente, o Executivo Municipal, sob a Presidência do Senhor **Dr. António Isidro Marques Figueiredo**, Presidente do mesmo, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Dra. Gracinda Rosa Moreira de Pinho Leal, Dr. Ricardo Jorge de Pinho Tavares, Dr. Pedro João Alves de Carneiro Marques, Dra. Maria Manuela Ferreira da Costa Pinho, Eng.º Joaquim Jorge Ferreira, Helder Martinho Valente Simões, Dra. Inês Dias Lamego e Dr. Manuel Alberto Marques Dias Pereira.*** =====

===== Secretariou a presente reunião, a Secretária do Executivo Gisela Celeste de Pinho Rodrigues. =====

===== Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram 09h e 40m. =====

===== Não esteve presente na reunião a Vereadora **Dra. Ana Maria de Jesus Silva**, por se encontrar ausente do país, tendo sido substituída pela sua Colega de Partido **Dra. Inês Dias Lamego**. =====

===== **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** =====

===== Dando início à reunião o Senhor Presidente propôs um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Abel Terra, homem ligado ao movimento associativo. Seguidamente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à Vereadora Dra. Inês Lamego que disse: A questão que trago aqui, Senhor Presidente, foi-me transmitida há alguns dias e gostaria de saber se o Senhor Presidente teve conhecimento, porque segundo me disseram já tinha sido transmitida ao anterior Presidente de Câmara. A questão tem a ver com um protocolo de colaboração entre a Autoridade Tributária e a Câmara Municipal. Como todos sabemos a Autoridade Tributária é responsável pela cobrança de um conjunto de impostos, que inferem diretamente naquilo que é receita do Município. Ontem, estive a fazer uma pesquisa rápida e reparei que o Município de Vila Nova de Gaia já celebrou esse protocolo no ano passado, que envolve, no caso do Município de V.N. Gaia, a cedência de dois funcionários da autarquia. Não sei exatamente em que moldes terá sido conversado esse protocolo, mas segundo soube era no sentido de otimizar, porque sei que esta repartição de finanças, aliás como muitas outras pelo país, tem um défice de funcionários. Eu julgo que essa colaboração poderia eventualmente

potenciar essa arrecadação de impostos que naturalmente constitui uma fonte importante de receita para o Município. Posteriormente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Pedro Marques que disse: Em primeiro lugar, fazer um destaque à semana académica. Foi uma semana bastante intensa, os estudantes da Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha de Oliveira de Azeméis tiveram uma dinâmica académica muito interessante que envolveu a nossa comunidade. No âmbito do desporto, destacar a participação de um oliveirense no Estoril Open, que vai ter início esta semana. Fruto de ter conquistado três ITF, o João Domingos conseguiu um wild-card para poder estar no único torneio que nós temos ATP, o que para todos nós deve ser motivo de orgulho e esperamos que tenha toda a sorte neste torneio. Destacar também a prova Rali Casino do Estoril, prova que decorreu no passado fim-de-semana e que teve bastante adesão. Os pilotos e as pessoas que nos visitaram destacaram quer a capacidade de organização, quer a beleza das nossas paisagens. Fazer referência à manutenção do Futsal de Azeméis na 1.ª Divisão Nacional e ao passeio com motas de outros tempos organizado pelo Grupo Musical Macinhatense. Na próxima semana, em parceria com o Conselho Municipal da Juventude de Oliveira de Azeméis vamos levar a cabo uma Silent Party na rua pedonal. É um evento bastante interessante, porque é um evento de música mas sem barulho. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Manuel Alberto Pereira que fez a seguinte intervenção: Os assuntos de certa forma não são novos, mas merecem que se volte a falar deles. Um deles, tem a ver com a nossa visita às Margens do Caima. Penso que foi uma visita muito útil para todos os que puderam acompanhar o percurso e observar no local aquele que é o problema e que já aconteceu há mais de dois anos. O Senhor Presidente provavelmente no local percebeu a dimensão do problema. Nessa visita também estiveram presentes os técnicos e o Presidente da União de Freguesias. Uma vez que fizemos a visita ao local, gostaria de saber se já há um relatório para podermos avaliar, analisar e eventualmente apontarmos para algumas intervenções mais prementes. Segundo ponto, tem a ver com uma situação que já aqui foi abordada e que resultou da intervenção na via romana ou melhor no Cruzeiro onde passará uma via romana. Há lá já um trabalho técnico executado por parte dos técnicos do nosso Município e, portanto, perceber qual o ponto de situação. Também tenho conhecimento de uma carta da arqueóloga Sara Almeida, não sei se já teve resposta, mas de qualquer maneira convinha tratarmos destes assuntos com a dignidade que eles merecem e a importância que eles têm. Finalmente, há aqui um assunto que me mereceu alguma interrogação e que tem a ver com umas movimentações de terras na vertente nascente do Parque de La-Salette. É uma intervenção que me espantou, sabendo que há alguma instabilidade naquela vertente e que aqueles materiais não são consolidados, são sedimentares e terras pouco consolidadas. Vi que fizeram ali uma intervenção profunda em quase toda a vertente, digamos até à base do monte que se prolonga até à Quinta do Covo. Gostaria de saber se isso é para plantação. Não tenho certamente competências técnicas para fazer uma avaliação, mas como professor de biologia e geologia fiquei aterrado com aquilo, porque percebi que havia ali movimentação de terras, não sei com que acompanhamento técnico ou com que intenção. Sei

que se houver chuvas torrenciais, como por vezes ocorrem, aquelas terras não vão ficar estabilizadas e veem todas parar cá abaixo. Não sei qual é a intenção, mas se me poderem informar agradecia. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à Vereadora Dra. Gracinda Leal que disse: Começaria por fazer referência aos eventos na área cultural: 21/04 - Abertura da XII edição da Feira do Livro, organizada pela Junta de Freguesia da Vila de Cucujães. Podemos assistir à abertura de uma exposição de pintura em homenagem ao Mestre Alfredo Silva, cujas obras foram cedidas pelo seu filho Filipe e também à apresentação de um livro do Óscar Amorim, livro esse que já tinha sido apresentado na nossa biblioteca e na freguesia de Fajões e que contou com a apresentação da obra feita pelo Eng.º Joaquim Jorge. Dizer que a nossa biblioteca dedica o mês de abril à festa dos livros e não podia deixar de fora a comemoração do Dia Mundial do Livro e dos direitos do Autor, que se comemora no dia 23 de abril. No dia 22 de abril, foi aberta uma exposição intitulada “O Universo Encantado dos Livros Pop Up”, organizada por um ilustrador do nosso município vizinho, o José Alberto Rodrigues, que é um comissário dos encontros de ilustração de S. João da Madeira. Nesse mesmo dia, à noite, no âmbito da iniciativa “Um Escritor Apresenta-se”, foi apresentada uma obra infantil da autoria de Henrique Pereira, com o título “E o burro sou eu”. Este escritor aborda de uma forma simples diferentes assuntos. Na área social, fazer referência à iniciativa Azeméis é Social, que decorreu de 19 a 23 de abril e este ano foi num formato completamente diferente. Ontem, na reunião que tive do núcleo executivo da rede social, as entidades presentes foram unânimes em dizer que este formato encheu as expectativas e que foi muito bem conseguido. Foi um formato descentralizado, não concentramos a edição Azeméis Social no pavilhão como era habitual, mas descentralizamos e fomos a vários locais da cidade e da freguesia de Cucujães. Portanto, foi desta forma que se envolveu também outros públicos e que chegamos a outros públicos e aquela ideia de trazer o público a um espaço foi substituída pela ideia de levarmos a edição a outros públicos. E foi conseguido. No dia 19, levamos a cabo várias iniciativas, desde o Roteiro pela Diferença na Escola Superior Aveiro Norte, o Aqui há Dança na Estalagem São Miguel e o CLASOA Temático na Biblioteca Municipal foi o dia da abertura; no dia 20, estivemos de manhã na Cerciaz e no Centro de Apoio Familiar Pinto Carvalho com temáticas relacionadas com a população com deficiência e a população empresarial e também com as nossas IPSS e com o tema da igualdade, uma vez que o tema genérico da edição era cidadania e igualdade. Nesta edição nós concentramos eventos que em outros anos fazíamos de forma avulsa. Um desses eventos foi o III Congresso, “Bem viver bem envelhecer”, que encheu o Caracas com técnicos e com pessoas maiores de vários pontos do nosso país. Tivemos exemplos de boas práticas na área de envelhecimento dos municípios de Ílhavo e de Peniche. Também tivemos a abordagem do Portugal Inovação Social, mais uma oportunidade de divulgar instrumentos de financiamento para as nossas instituições e onde também foi assinado o primeiro protocolo na região norte da Estratégia de Combate à Violência Doméstica e de Género. Portanto, assim temos mais um instrumento que formaliza uma rede de instituições que trabalham nesta área, mas que desta forma fica oficializado os recursos e a

forma como os recursos se devem interagir para que se responda de forma mais eficaz e eficiente a estas situações. A noite do dia 21 também foi interessante, foi dedicada aos nossos imigrantes, tivemos a presença um grupo de fados do ISEP que trouxe a música como forma de um diálogo intercultural. No dia 22, em Cucujães, iniciamos a manhã no âmbito do mês de abril, mês da prevenção dos maus tratos infantis e em sintonia com a Proteção de Crianças e Jovens de Oliveira de Azeméis que mais uma vez se associou à Campanha Nacional do Laço Azul. Tivemos uma iniciativa no Centro Cultural de Cucujães, muito associada à Paróquia de Cucujães, em que um grupo de catequese da adolescência apresentou uma dramatização da prevenção dos maus tratos e a mensagem passou de uma forma muito simples, mas acho que muito profunda e muito eficaz. Os alunos da catequese do 1º ao 6º ano, juntamente com as suas famílias, fizeram mascotes, que era um passarinho com uma mensagem e que foram expostas no Centro Cultural. Também aqui uma palavra de reconhecimento à Banda de Música de Cucujães que também abrilhantou esses trabalhos. Nesse dia, decorreu, em Cucujães, um almoço de reconhecimento e distinção às entidades que fazem parte do nosso Conselho Local da Ação Social, mas também das nossas estruturas municipais, quer do Conselho Municipal Sénior, a Comissão Municipal para a Deficiência e a Comissão Municipal para a Promoção da Saúde. Foi um momento interessante de reconhecimento da Autarquia, mas muito interessante entre as entidades porque ficaram a conhecerem-se melhor, a conhecer o trabalho das diferentes estruturas e foi um momento convívio e partilha entre aqueles que participaram. O Azeméis é Social terminou em grande e em festa, com a edição das Bodas de Ouro de Azeméis. Tivemos 46 casais inscritos e participantes que fazem durante 2017 cinquenta anos do seu matrimónio. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Helder Simões que disse: Senhor Presidente, algumas questões. A primeira, nós decidimos aqui há uns meses atrás avançar com um processo para a avaliação da Estalagem São Miguel. Na altura, referimos aqui que a alienação da mesma não é de longe a melhor solução, mas o Executivo quis na mesma fazer uma avaliação do imóvel para perceber de que montantes é que poderíamos estar a falar, não obstante continuarmos a achar de que a concessão da mesma a um privado seria a melhor solução. Gostaríamos de perceber se essa avaliação foi feita, se não foi, se foi quando é que pode ser do conhecimento do Executivo, porque não faz sentido que as coisas fiquem guardadas para uma parte do Executivo. Muito honestamente, Senhor Presidente, se nós não aproveitarmos o “boom” do turismo que está acontecer em Portugal e que tem em 2016, 2017 e eventualmente 2018 criado dezenas, ou até centenas, de novos hotéis, mais uma vez vamos perder este comboio, porque este “boom” não vai ser eterno, vai chegar a um ponto em que a oferta vai ultrapassar largamente a procura. Depois, nessa altura, queixamo-nos que não temos investimentos ou que não fomos capazes de resolver um problema que está ali há quase 20 anos. Os senhores fecharam a Estalagem São Miguel e depois, salvo pequenas e esporádicas utilizações, nunca mais a devolveram aos oliveirenses. Segunda questão, que tem a ver com as regras para a utilização do campo de jogos municipal de Cucujães, porque este executivo não as conhece e não as definiu. Faz todo o sentido que haja regras e se o Atlético Clube de Cucujães

ocupa o espaço, saber a que título, a que dias e a que horas. Também saber se qualquer cidadão oliveirense que queira praticar desporto pode usufruir das instalações, assim como outras coletividades. É um campo municipal de jogos e, portanto, temos que ser nós a definir as regras e eu acho que já o devíamos ter feito. Ainda na área do desporto, em reunião há dias com o NAC, percebemos que o NAC tem subsídios em atraso da Câmara Municipal há largos alguns anos. Se a Câmara nega este atraso, tem que ser esclarecido. A terceira questão, tem a ver com a entrada em funcionamento do novo Regulamento Municipal de Estacionamento à Superfície. Nós aprovamos esse regulamento há muitos meses atrás e esse regulamento contemplava um conjunto de benefícios para oliveirenses e o seu atraso de entrada em vigor tem prejudicado claramente os oliveirenses. Não percebo o porquê deste atraso na entrada em vigor, porque a nós nunca nos foi clarificado nenhum prazo. Uma outra questão, tem a ver com o ponto de situação da obra do Centro Interpretativo do Vidro. Senhor Presidente, o que é que se passa com aquela obra? Sabemos quais as diligências que já aprovamos em reunião de executivo, confirma ou não confirma que o próprio empreiteiro colocou uma ação em tribunal à Câmara Municipal? Se sim, em que montantes e porque é que essa informação não é do conhecimento dos vereadores? Senhor Presidente, perguntar objetivamente o que é que presidiu a um ajuste direto com a empresa Rede Ambiente no valor de € 4.600/ mensais para a limpeza da Área de Acolhimento Empresarial de Ul/ Loureiro. Esse valor é mais do que aquilo que a Câmara transfere para a Junta de Freguesia de Loureiro para a manutenção de toda a freguesia de Loureiro. Se é para a limpeza da zona industrial, porque é que não equacionaram a celebração de um protocolo desta natureza com a Junta de Freguesia. É um valor algo significativo e a nosso ver não faz sentido, uma vez que permitia a contratação de pelo menos quatro pessoas para fazerem a manutenção a tempo inteiro daquele espaço. Portanto, Senhor Presidente, acho que é uma decisão descabida do ponto de vista da gestão municipal. Outra questão, Senhor Presidente: havendo em Oliveira de Azeméis um conjunto vasto de empresas que se dedicam à construção civil, às obras públicas, ao fornecimento de tapete betuminoso, eu não consigo perceber porque é que a Câmara Municipal está a comprar tapete betuminoso em Penafiel, salvo erro. Compra tapete betuminoso em Penafiel mais caro do que é vendido em Oliveira de Azeméis e compra tapete betuminoso à mesma empresa a quem adjudica a reparação das piscinas municipais, ou seja, o “know-how” das empresas é transversal. Senhor Presidente, acho que devemos pugnar pela transparência e procurar os melhores negócios para o Município, mas não devemos estar a ajudar a contornar a legislação. O Senhor Presidente tem dito e defende que o Município deve seguir as regras da contratação pública, mas não deve tentar contornar as regras da contratação pública. Nós conhecemos várias empresas com capacidade para fazer este tipo de serviços, não é por ser de Oliveira de Azeméis é porque estão aqui na região e têm manifestamente a possibilidade de apresentar preços mais vantajosos para o Município. Portanto, perceber se essas empresas foram ou não convidadas para apresentar propostas. Um ajuste direto pressupõe, ou pode pressupor, que se tenha feito um processo transparente, consulta ao mercado e convidar um conjunto de empresas da área. Portanto, um

ajuste direto não pressupõe a carga negativa que muitas das vezes as pessoas lhes querem dar e de que é uma negociação direta, pode não ser o caso. Para não ser o caso, é preciso que nós digamos com objetividade que empresas é que convidamos. Senhor Presidente, não é fazer como o seu antecessor que disse que tinha recorrido ao mercado e que tinha convidado uma empresa aqui da região e uma de Faro, porque obviamente percebemos logo quem é que vai ganhar o concurso quando se pede dois orçamentos para fornecer material e uma empresa é da região e a outra é de Faro. Gostava que nos esclarecesse essa questão. Outro assunto, sobre o Azeméis é Social, fazer só aqui um registo: nós não fomos convidados. O evento até pode ter sido um sucesso, mas os vereadores do Partido Socialista não foram convidados para o almoço de entrega de prémios de reconhecimento, ou seja, não nos reconhecem a nós capacidade para estar, reconhecem é que devemos estar ausentes em certas iniciativas. Seguidamente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Eng.º Joaquim Jorge que fez a seguinte intervenção: Em primeiro lugar, obviamente que nos associamos ao voto de pesar que apresentou pelo falecimento de Senhor Abel Terra, um homem que ao longo da sua vida sempre esteve atento aos problemas da sua comunidade, sempre esteve envolvido no movimento associativo, apresentando um trabalho altamente meritório. Registrar o 18º aniversário da FAPCOA e a justa homenagem que foi feita ao Carlos Martins, o grande impulsionador desta associação. Fazer referência também à realização do Azeméis Cup 2017, uma justa homenagem ao João Godinho, o grande impulsionador deste evento; à XII da Feira do Livro aqui referida pela Dra. Gracinda Leal, onde em simultâneo tivemos uma mostra da obra do Mestre Alfredo e a apresentação do livro do escritor oliveirense Óscar Amorim. Aproveitar para complementar aquilo que a Dra. Gracinda disse, no sentido de que a Câmara Municipal deve apoiar os nossos autores e artistas. Uma forma de o fazer é naturalmente adquirir algumas obras. Não me parece que seja um esforço significativo por parte da autarquia, não me parece que seja um esforço relevante, porque aquilo que nós gastamos no Rali Casino de Espinho, vinte mil euros, dá para apoiar os nossos autores, se calhar, durante um ano comprando 10 a 15 obras e, naturalmente, fazer com que essas obras sejam distribuídas pelas bibliotecas que existem no concelho e pelas juntas de freguesia. Não será uma tarefa financeiramente custosa para o Município e será certamente uma forma objetiva de manifestarmos apreço pela produção cultural que é feita no nosso concelho e também uma forma objetiva de a estimularmos. A intervenção na Rua Silva Lima, saudar essa intervenção, uma intervenção que já devia estar concluída há muitos anos e que tem sido reivindicada de forma reiterada nos últimos sete anos. Dizer, Senhor Presidente, que devíamos aproveitar a oportunidade para fazermos algum ordenamento do trânsito. Eu recorro que o Prof. Manuel Alberto tem sido o porta-voz da necessidade desse tipo de intervenção, porque tem havido naquele cruzamento alguns acidentes, é uma zona complicada e já que estamos a intervir temos a oportunidade de requalificar aquele espaço e definitivamente pormos uma pedra naquele assunto resolvendo de uma vez por todas os constrangimentos que ali existem. Outra nota Senhor Presidente, perguntar-lhe se já tem indicações e valores sobre as taxas de cobertura da rede de água e de saneamento que tivemos no final de 2016 e as que estão

previstas para 2017. Atendendo a que continuam a afirmar que as redes de água e saneamento vão ser expandidas até cumprirmos as metas do PEASAR, gostaríamos de perceber qual é o plano que existe para permitir o aumento dessas redes e perceber de que forma é que essas redes têm crescido para percebermos que aquilo que estão a dizer corresponde efetivamente à realidade. Uma outra nota, Senhor Presidente, tem a ver com a Feira dos Onze. Este processo é um processo conturbado, inclusive da sua responsabilidade. Nós acompanhamos este processo com muita atenção, tivemos oportunidade de alertar para um conjunto de coisas e continuamos a fazê-lo. Não temos ali um corredor de emergência que permita que veículos de socorro acedam em boas condições à escola que existe no local. Apesar de nós termos alertado para isso, o que é um facto é que não veio a ser implementada uma solução, fosse ela qual fosse, que permitisse que o socorro fosse possível e feito de forma rápida e eficaz. Senhor Presidente, tem lá um conjunto de equipamentos que procuram atrair os Oliveirenses para a prática do desporto, mas o que é um facto é que nós dotámos o espaço de um conjunto de equipamentos e depois não permitimos que existam sombras, é evidente que as pessoas não vão utilizar aquilo. Portanto, temos ali um espaço verde com alguma dimensão, temos árvores junto ao polidesportivo, mas aquilo que foi o compromisso que tivemos com os oliveirenses, que foi de repor o património arbóreo que lá estava antes de o abatermos, afinal acabou por não se concretizar. Eu pensei que esta última requalificação que se fez, instalando um sistema de rega, iria também avançar no sentido de dotar aquele espaço de um conjunto de árvores. Senhor Presidente, falámos aqui do NAC e eu gostaria de falar no regulamento de atribuição de subsídios às coletividades. Nós somos gente resistente e persistente, porque andamos há sete anos a falar no regulamento de atribuição de subsídios às coletividades, que estava quase pronto. Isto sim, é que é um trabalho sério, um trabalho que permite transparência na atribuição dos subsídios e que permite às coletividades organizarem a sua atividade em função dos apoios espectáveis que vão receber. Senhor Presidente, aquilo que nós verificamos é que a atribuição de subsídios às coletividades no nosso concelho é feita sem regras. Poder-me-á dizer que não, que tem a ver com as obras que são apresentadas, com o orçamento apresentado e nós comparticipamos com 20% ou comparticipamos com 50%, não interessa. O que é um facto, é que não existem regras claras, que permitam que entidades que desempenham o mesmo tipo de missão percebam por que é que umas recebem mais e por que é que outras recebem menos. É fundamental que o façamos, é fundamental que percebamos por que é que há coletividades que têm o autocarro permanentemente disponível, basta estalarem os dedos e têm o autocarro camarário ao dispor sempre que quiserem e outras coletividades passam anos a fazerem a solicitação da disponibilização desse autocarro e não conseguem uma única vez esse autocarro. Temos coletividades que têm apoios recorrentes, aliás temos coletividades que estão a inaugurar um investimento fortemente apoiado pela autarquia e o Senhor Presidente de Câmara está a prometer mais investimento da própria autarquia sem que outras coletividades que andam há anos de forma recorrente a pedir o apoio do Município tenham sequer recebido uma resposta do Município. Senhor Presidente, a melhor forma de nós ultrapassarmos isto é naturalmente

através de um regulamento, que poderá não ser um documento perfeito, mas é documento que permite disciplinar um conjunto de coisas e a criação de um conjunto de regras que transformem a atribuição de subsídios às coletividades num processo regulado e sobretudo num processo transparente. Mais uma vez Senhor Presidente, inversão do sentido de trânsito na Rua Humberto Delgado, isto é uma opinião pessoal, eu passo lá quase todos os dias e continuo a achar que aquilo é uma péssima solução. Da mesma forma que reconheço que algumas posturas de trânsito que implementamos resolveram alguns problemas que se arrastavam há anos, acho que deveríamos ter a humildade de olharmos e vermos que esta alteração não está a produzir o efeito esperado. No mesmo sentido, os lugares de estacionamento em Santo António, em que os comerciantes têm sido fortemente penalizados pela solução que foi encontrada, minimiza-se o impacto da solução e dos constrangimentos que foram causados encontrando-se uma solução que permita mais alguns lugares de estacionamento para quem se queira dirigir aos espaços comerciais, sem ter problemas com as autoridades. Senhor Presidente, o senhor tal como eu passa na nossa zona pedonal e vê as lojas a fechar. Neste momento a zona histórica não é muito rica é um facto, é uma zona histórica muito pequenina quando comparada com zonas históricas de cidades de maior dimensão, mas é a zona histórica que temos e é com essa que temos que viver e é essa que temos de potenciar. O que acontece é que quando a zona histórica é pequena, não é muito rica e nós temos um conjunto de estabelecimentos comerciais fechados, é evidente que a zona histórica perde muita da sua capacidade de afirmação e perde também muita da capacidade que tem para atrair pessoas, para atrair públicos para aquela zona. Não tenhamos dúvidas e eu não tenho qualquer dúvida sobre isso, que esta zona histórica e a rua onde nos encontramos é claramente a sala de visitas da cidade e é para aqui que nós temos de concentrar o investimento público de forma a criarmos uma dinâmica urbana que a todos agrade. Isto faz-se também através do programa de dinamização do comércio concelhio, que até tem estudos interessantes, que permitiriam que nós olhássemos para aquilo que é a realidade do nosso comércio local e pudéssemos discutir um conjunto de objetivos mensuráveis que nos permitissem inverter aquilo que temos neste momento. Isto faz-se com um planeamento, com um documento, com a recuperação de algum edificado que é propriedade da própria autarquia e também ouvindo os nossos comerciantes, ouvindo os oliveirenses. Senhor Presidente, eu julgo que se nós não fizermos muito rapidamente um plano de intervenção, que passe também por olharmos para este mobiliário urbano um pouco estranho. Há um conjunto de coisas que não me agradam nesta zona pedonal, sinceramente não me agradam como utilizador e como consumidor. Não tenho nenhuma capacidade técnica para perceber se estas coisas fazem ou não fazem sentido, aquilo que eu tenho é uma grande dose de bom senso que me permite pelo menos reequacionar a possibilidade de nós questionarmos tudo isto e desenvolvermos um programa que nos permita olhar para esta zona histórica, para esta zona mais tradicional e dar-lhe dignidade e vivências. Portanto, Senhor Presidente, urge nós pensarmos seriamente num programa de dinamização do comércio concelhio, que naturalmente terá que entroncar num plano de dinamização cultural e num plano estratégico de reabilitação urbana do nosso edificado. Se não for feito, eu não tenho

dúvidas que vamos assistir a mais encerramentos e a uma contínua desertificação da nossa zona pedonal. Vão se perder, inclusive, alguns investimentos que já se fizeram. Senhor Presidente mais uma questão, pode-nos esclarecer sobre a questão do antigo ciclo preparatório, o espaço que é ocupado pela Associação de Estudantes da Cruz Vermelha Portuguesa. Havia um protocolo que permitia a utilização das instalações enquanto não fosse construído o edifício da Escola Superior de Saúde. Eu acho que aquele espaço é um espaço central, um espaço muito importante, que deverá ter outro tipo de resposta e que neste momento com a utilização que lhe é dada pela associação de estudantes limita e condiciona a abrangência da resposta que pode ser dali tirada. Perceber quando é que nós esperamos resolver definitivamente o assunto da Universidade Sénior, que seria um utilizador do espaço. Perceber quando é que nós estamos a pensar, de uma vez por todas, tomar posse daquele espaço e dar-lhe outro tipo de dinâmica. Senhor Presidente, continuo preocupado com a proteção civil. O que é que acontece? Neste momento, nós temos um Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil e eu fico completamente atónico quando falando com um grupo de entidades que fazem parte da Comissão Municipal de Proteção Civil essas entidades dizem que não fazem a ideia de qual é o papel que têm que desempenhar em caso de emergência ou catástrofe. Felizmente não tivemos casos desse tipo, mas obviamente que os planos existem precisamente para caso de acontecer a infelicidade nós possamos estarmos preparados, dar as respostas adequadas, salvando vidas e minorando o sofrimento das pessoas. O que acontece é que nós não temos feito rigorosamente nada daquilo que estava previsto no nosso plano municipal de emergência e proteção civil. Aquilo não é mais do que um documento inócuo, que não temos cumprido sequer aquelas que são as obrigações legais e isto é absolutamente dramático. Nós temos obviamente de perceber se estamos preparados para uma eventual tragédia, quando falo numa tragédia pode ser a queda de uma ponte, o incêndio num edifício, a explosão de um carro ou camião de combustível que atravessa todos os dias o nosso território. Nós temos que ter os meios e os mecanismos do Plano Municipal de Emergência devidamente agilizados, testados e prontos a serem ativados. Eu tenho a certeza absoluta que as instituições nos disponibilizam os espaços para albergar pessoas, que as instituições municiam com alimentos as zonas de catástrofe entre outros, mas não fazem a menor ideia do que têm para fazer e julgo eu que esses mecanismos não têm sido testados. Senhor Presidente, perceber algumas movimentações em torno do Hospital S. Miguel, perceber de que forma é que nós o podemos proteger. Não tem sido um assunto discutido aqui nas reuniões, lamentavelmente, eu acho que nós devíamos discutir estas questões que são fundamentais. As festas e os eventos também são muito importantes, mas estas questões que tem a ver com respostas objetivas que damos às pessoas, são questões bem mais importantes do que essas. E, portanto, a questão da saúde no nosso concelho é uma questão absolutamente fundamental e seria natural que numa reunião de executivo camarário nós pudéssemos perceber por que é que ainda não conseguimos agendar uma reunião com o Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Entre o Douro e Vouga, que nos permitisse perceber o que é que estava perspetivado em termos de constituição de uma Unidade Local de Saúde, ou se

efetivamente neste momento estão a ser procuradas novas respostas, novas dinâmicas para o nosso hospital. Eu julgo que o Senhor Presidente concorda comigo, aquilo que nós lá temos hoje não é do agrado de ninguém e, portanto, aquilo que queríamos era que este hospital voltasse a desempenhar um papel com a importância que teve no passado. Neste momento, este trabalho é um trabalho que tem que ser feito por todos nós, é um trabalho de influência, é um trabalho também pedagógico de certa forma mas é sobretudo um trabalho de demonstração da nossa realidade e da importância dessa realidade. Quando nós trabalhamos e lutamos para ter um oliveirense no Conselho de Administração do Centro Hospitalar, é ter alguém que esteja ali para defender o Hospital S. Miguel, porque se não tivermos esse tipo de representatividade é evidente que é um bocado mais difícil. É importante termos um interlocutor privilegiado que perceba e contacte até mais de perto com a realidade do nosso concelho. Com isto não estou a dizer que o Dr. Miguel Paiva não conhece a realidade do nosso concelho, longe de mim sequer atrever-me a fazer esse tipo de consideração. O que é um facto é que se tivermos lá um oliveirense e ainda por cima da área da saúde, um oliveirense que conheça a nossa realidade e perceba da matéria, obviamente que teremos criadas as condições para que o nosso hospital possa ter outro tipo de resposta. É importante, Senhor Presidente, que pensássemos numa estratégia de envolver e de obrigar o conselho de administração do centro hospitalar a olhar para o nosso hospital de uma maneira mais séria, que eu considero que é claramente uma aposta estratégica para aliviar a pressão que é exercida no Hospital S. Sebastião e isso passará claramente por retirar um conjunto de serviços, alguns deles importantíssimos ao hospital S. Sebastião e instalar esses mesmos serviços no hospital S. Miguel. Por último, ponto de situação da Wuhan e Azeméis Gran Plaza. Uma nota, Senhor Presidente, tem a ver com as obras que estão a ser feitas na Bofeta, em Palmaz. Eu gostaria que pedisse aos técnicos para verificar se a qualidade do trabalho que está a ser feito na pavimentação está a ser adequado. Porquê? Porque, as juntas de união das faixas, por exemplo, estão abertas, não sei se aquilo é normal, eu não percebo nada de pavimentações, eu não sou um especialista na área da pavimentação, mas acho um pouco estranho, termos as juntas de união das faixas abertas, separadas. O Senhor Presidente prestou os seguintes esclarecimentos: Vou tentar responder ao essencial das intervenções, não sem antes dar mais duas ou três notas. Assinalar as cerimónias do 25 de abril, cerimónias simples e simbólicas. Referir a XIX Milha do 25 de abril que se realizou em Oliveira de Azeméis. É importante sempre sublinhar a importância que esta data teve e tem, aquilo que representa para todos nós, até para o facto de estarmos aqui hoje reunidos em democracia e a discutir os interesses dos nossos municípios e de Oliveira de Azeméis. Uma segunda nota, sobre a eleição do nosso conterrâneo Luís Onofre como Presidente da APICCAPS, acho digno e merecedor deste destaque. Uma última nota, para a obra de arte, à qual tive oportunidade de assistir à inauguração, do nosso conterrâneo de Cucujães Paulo Neves. A Capela Humildade é uma homenagem ao seu tio Padre Neves, é uma capela que não tem portas, está sempre aberta e é em honra de Nossa Senhora das Neves. Esta capela completa um conjunto de obras que tem naquele espaço e que identificam este escultor oliveirense. Respondendo à questão levantada

pela Vereadora Inês Lamego, dizer que eu tive uma reunião com o diretor das finanças e fiquei a saber que houve em tempos uma reunião sobre esse assunto. Não teve seguimento e o senhor diretor não soube explicar muito bem por que razão e se calhar este é um assunto que irá voltar a ser discutido. É óbvio que o município estará sempre disponível para encontrar soluções até numa perspetiva de colaboração naquilo que for a questão da otimização dos serviços e, portanto, não me parece, até porque há outros municípios que já o fazem, que seja uma opção muito difícil para nós, até para rentabilizarmos aquilo que temos como prestação de serviços ao município através do nosso Gabinete de Atendimento ao Município. Sei que este assunto foi abordado pelo anterior Presidente e com a Direção de Aveiro, mas não avançou e eu ainda não sei as razões pelas quais não avançou, não sei se foi da parte operacional das finanças ou se foi da nossa parte. Quanto à intervenção do Vereador Dr. Manuel Alberto, dizer que os serviços estão a preparar o relatório sobre aquilo que foi o resultado da nossa visita. Há ali duas ou três pequenas questões que ainda estão pendentes e que têm a ver com o desvio do caminho e com a melhor solução para a travessia junto à Hídrica do Caima. Espero que muito brevemente nós possamos ter pelo menos uma solução que seja minimalista para podermos intervir naquilo que são as proteções e na passagem para tornar o circuito completamente circulável em toda a sua extensão. Do ponto de vista do aspeto técnico, uma das soluções foi perfeitamente acolhida, é aquela que tem a ver com travessia para a antiga lagoa, do lado esquerdo de quem olha para a foz, remover aqueles passadiços e aproveitar o máximo do caminho. É aquela solução que encontramos ali e é a mais simples, mais barata e mantém a ideia de podermos aproveitar o circuito no seu máximo. Relativamente à questão sobre a intervenção na via romana, pedia à Vereadora Dra. Gracinda Leal para prestar esclarecimentos, uma vez que tem acompanhado de perto este processo. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à Vereadora Dra. Gracinda Leal que disse: Como sabem foi submetido à Direção Regional da Cultura do Norte um pedido de autorização para trabalhos arqueológicos, que prevê a realização de duas sondagens, portanto, de duas quadrículas, não tenho presente a área e foi isso que nós estivemos a fazer. Foram feitas então essas duas sondagens, uma delas mostra muito bem a calçada romana e na outra sondagem o que se vê são as pedras da calçada, mas já com uma intervenção. Eu tive a oportunidade de acompanhar a Senhora Dra. Ana Lebre da Direção Regional da Cultura numa visita, na passada segunda-feira. No terreno a Dra. Ana Lebre achou por bem fazermos uma terceira sondagem, que será feita ainda mais a norte, já no fim da rua, no sentido de ver em que estado é que está a estrada para depois fazermos a repavimentação, por forma a preservar a via romana. É uma rua de passagem dos caminheiros de Santiago de Compostela e chegamos a levantar a possibilidade de deixar a descoberto parte da calçada para mostrar o que tínhamos naquela passagem. Falando com a pessoa representante da Direção Regional de Cultura, achamos por bem que aquilo não pode ficar a olho nu como nós gostaríamos de colocar, porque é uma passagem e também para não inviabilizar a passagem dos automóveis. Chegamos à conclusão e será isso que porventura iremos fazer, que ao longo daquela zona onde possivelmente está localizada a via romana nós chamarmos a atenção,

através de um material diferente ou coloração diferente do pavimento, que lá debaixo há alguma coisa de diferente e que deveríamos preservar. No alinhamento onde foi feita a sondagem, onde aparece a calçada muito bem evidenciada, colocarmos um painel com as fotos, com o desenho sobre o que existe lá na realidade para que possamos assim mostrar a quem passa lá que há lá algo escondido. Estamos a analisar, vamos fazer a terceira sondagem e depois disso em associação com as orientações da Direção Regional da Cultura do Norte iremos deixar ali alguma nota e informação do que está ali para quem passa. O Senhor Presidente voltou a conceder o uso da palavra ao Vereador Dr. Manuel Alberto Pereira que disse: Senhor Presidente, nesta sequência surgiram-me algumas dúvidas que eu gostaria de questionar. Uma primeira questão, tem a ver com a intervenção que foi feita no sentido de instalar águas pluviais e que segundo disse o Dr. Ricardo era da responsabilidade do município e que as obras foram executadas pelos responsáveis, pelo sector responsável por essa intervenção municipal. Eu gostaria de saber se foi feita alguma diligência no sentido de saber por que é que a intervenção foi feita sem qualquer acompanhamento técnico da parte do sector de arqueologia. Porquê? Porque, como disse a Dra. Gracinda, a intervenção que foi feita no sentido de fazer uma sondagem, como é dito, é que já estariam removidos os materiais dos materiais, ou seja a calçada foi alterada. Não sei se foi feita alguma investigação, ou algum inquérito interno porque o que aconteceu aqui foi uma desarticulação completa. É um património que temos ali, é algo que não devia ser intervencionado da forma que foi e era importante saber quem é que foi o responsável por essa intervenção. Outra matéria, isso já é uma matéria se calhar mais de investigação e de técnicos, perceber se não fazia sentido a via normal de passagem ser deslocizada, ou seja, nós temos terrenos laterais e se não era possível fazermos uma via alternativa. O Senhor Presidente continuou a prestar esclarecimentos: Relativamente à outra questão que colocou sobre a movimentação de terras na parte nascente do Parque de La-Salette, não sei o que é que se está a passar, mas vou procurar saber. A intervenção da Vereadora Dra. Gracinda Leal foi bastante explicativa e deu um grande destaque ao evento Azeméis é Social. Relativamente à intervenção do Vereador Helder Simões, eu sei que a avaliação da Estalagem S. Miguel já foi pedida há bastante tempo, mas ainda não tenho nenhuma avaliação e certamente que logo que a tenha a partilharei convosco. Quanto ao futuro da estalagem, eu creio que o ideal seria a concessão. Não é só a questão da alienação da própria estalagem mas também a necessidade de um grande investimento que tem que ser feito, potenciando do ponto de vista turístico e até noutras áreas, porque nós temos muita mobilidade de gente que por razões de negócios utilizam as nossas empresas e podem encontrar ali uma boa solução de acolhimento. Tudo está em aberto, sendo certo, que a resposta direta e objetiva eu não tenho ainda. Quer-se uma boa solução, que cumpra com a sua missão, a missão para a qual foi construída e seguramente que não foi para estar abandonada há tanto tempo, a degradar-se e se calhar até às vezes a ser mal utilizada. Também é verdade que tem sido utilizada para realizar alguns eventos e algumas cedências a associações que têm utilizado aquele espaço para as suas atividades. Em relação ao Complexo Desportivo Municipal de Cucujães, é óbvio que aquele

equipamento é para ser utilizado pelo maior número possível de associações e de clubes. Tem que ter um regulamento de utilização, que eu creio que o gabinete de desporto, nomeadamente a Eng.^a Clara Marques, está a trabalhar nesse sentido. Nós não queremos que aconteçam situações de atropelos e de alguma confusão como a que ocorreu muito recentemente, nomeadamente com a utilização dos balneários e se calhar também temos que encontrar uma solução que rapidamente resolva esse problema, mas é também uma questão que está a ser devidamente tratada. Relativamente aos subsídios em atraso ao NAC, solicitei informação e o que me transmitiram é que não devemos nada ao NAC, a não ser uma questão, que nem é responsabilidade do NAC nem da Câmara Municipal, que tem a ver com um projeto onde houve uma informação errada, porque não contavam com o IVA e depois faturaram o IVA. O NAC contestou e eventualmente teremos que encontrar uma solução, a seu devido tempo, para que o NAC possa ter algum conforto na resolução deste problema. A informação de que eu disponho é que não devemos nada, mas evidentemente que se o NAC entende de forma diferente então teremos que ver o que é que está pendente. Relativamente à elaboração do regulamento de atribuição de subsídios, a Dra. Gracinda Leal está a trabalhar nisso, mas não é assim tão fácil quanto isso, a Senhora Vereadora já nos deu conta das dificuldades que tem, não é um assunto fácil, mas não vamos desistir do assunto. Quanto ao Centro Interpretativo do Vidro, desconheço qualquer ação em tribunal. O que eu tenho a certeza é que nós vamos ter que encontrar uma solução, porque aquela empresa não dá conta do recado, o que nos está a causar graves prejuízos, já devíamos ter aquilo mais do que concluído e a funcionar. Relativamente ao ajuste direto com a Rede Ambiente, tem a ver com a limpeza e a manutenção da Área de Acolhimento Empresarial de Ul/ Loureiro. É verdade que é um valor considerável, mas também é verdade que estamos a falar de uma área de 40 hectares. Foi consultada a empresa e, portanto, foi feito este ajuste direto com essa finalidade. Não foi feito com a Junta de Freguesia de Loureiro, da mesma forma que também não foi com a Junta de Freguesia de Cucujães para fazer a limpeza em Cucujães. É um espaço que requer muita manutenção pois era uma zona de mato, mas é tudo discutível, como é discutível a discussão das contratações. Esta história de dizer que o ajuste direto e as compras do Município de Oliveira de Azeméis está muito em voga, é capaz de ser muito interessante e é capaz de merecer notícias bombásticas por parte de um determinado jornal. Eu já respondi ao jornal do ponto de vista formal e de uma forma clara, porque entendi que devia responder, relativamente àquilo que é o funcionamento dos serviços e nomeadamente os serviços de compras. Dizer que nós seguimos aqueles que são os princípios da transparência, os princípios da boa gestão, os princípios daquelas que são as orientações do tribunal de contas e das leis em geral. E, portanto, não estou nada preocupado relativamente à questão dos ajustes diretos e das compras que se fazem no município ou fora dele. E mais: ainda a semana passada saiu uma recomendação da Assembleia da República que vai exatamente no sentido contrário daquilo que tem sido feito, inclusivamente nós temos uma diretiva interna dos municípios que sempre que se faça um ajuste direto se consulte o mercado local e que numa relação de qualidade/ preço se deva optar naturalmente pelos tais critérios que são evidentes naquilo que

se quer nos princípios de uma boa gestão. Eu não tenho nenhum problema em dizer que se nós porventura só pudéssemos comprar em Oliveira de Azeméis, e há coisas que nós não podemos comprar em Oliveira de Azeméis como sabem, mas imaginando que só estávamos a comprar em Oliveira de Azeméis, não tenho a menor dúvida de que hoje estaríamos aqui a discutir que nós estávamos a favorecer determinadas empresas, determinados amigos ou familiares, que é uma das coisas que nós não podemos fazer, não devemos fazer, até porque em qualquer contratação e dentro dos princípios de combate à corrupção nós temos de assinar uma declaração de não interesse direto. E mais: o ataque até é mais aos serviços do que propriamente aquilo que é gestão política da questão da aquisição. Meu caro, fez aqui uma insinuação, que eu prefiro até nem destacar, pelo facto de nós comprarmos tapete betuminoso em Penafiel, mas também compramos noutros sítios, também compramos localmente, compramos onde for a melhor relação qualidade preço. Até lhe digo mais: Há uma indicação, escrita por mim, observando os critérios que a lei impõe que seja consultado o mercado local. Está escrito, havia uma indicação verbal, mas para além dessa indicação verbal está escrito e os serviços sabem que tem que cumprir. Agora se alguém não cumpre, tenho que perceber quem é que não cumpre. Se houver fundamentos para haver uma auditoria, também não tenho nenhum problema em a mandar fazer, agora também sejamos comedidos e sejamos sensatos naquilo que diz respeito a esta matéria. Podem dizer que se comprou mobiliário escolar no valor de 100 mil euros a uma empresa no Porto quando tínhamos uma empresa em Oliveira de Azeméis. E eu digo-lhe: é verdade e a empresa em Oliveira de Azeméis foi consultada e se eu tivesse comprado aqui esse valor passava por ser mais caro 30%. Posso dar outro exemplo: Houve um concurso para o leite escolar e nesse concurso quem ganhou foi uma empresa que nem sequer é portuguesa, é uma multinacional, a Parmalat, por muita pena minha, mas foram as leis do mercado que ditaram isso. Os agrupamentos quando compravam individualmente pagavam € 0,22/ pacote e agora passamos a pagar € 0,12/ pacote. Relativamente à intervenção do Vereador Eng.º Joaquim Jorge, obviamente que estive presente e me associo ao aniversário da FAPCOA, assim como estive presente no torneio João Godinho - Azeméis Cup. Também dizer que nós temos vindo a seguir aquilo que referiu quanto ao apoio na aquisição de obras dos autores oliveirenses, temos vindo a seguir isso dentro daquilo que são as solicitações feitas. Quanto à intervenção na Rua Silva Lima, obviamente que é tão necessária como urgente. Eu confesso que me esqueci desta questão que me colocou das taxas de cobertura de água e saneamento em Oliveira de Azeméis até ao ano 2016. Relativamente à Feira dos Onze, nós temos um corredor de emergência, o problema é, infelizmente, a falta de civismo. Temos uma rampa e uma parte lateral que permite a acessibilidade dessa forma, mas o que é que acontece é que se for lá agora, neste momento, temos tudo atravancado de carros e não se consegue lá entrar. Nem sequer respeitam o espaço para deficientes que lá está criado. O que eu noto é uma completa falta de civismo e de desrespeito. Relativamente à intervenção do conjunto da Feira dos Onze, foi um projeto que eu acompanhei. Nós nesta última fase e depois de muito repensarmos o projeto, acabamos por optar não ter árvores naquele espaço central onde está a relva e onde estão os espaços de

prática desportiva; optamos por colocar as árvores distribuídas quer na zona junto à escola, quer nas pontas, deixando tudo aquilo ser um espaço verde. Pode dizer que não era o que estava previsto no projeto inicial, é verdade, mas também foi uma opção que acabamos por assumir sendo certo que não deixa de ser um espaço agradável. Estamos a desenvolver a requalificação do polidesportivo, que terá um piso sintético que permita a prática do basquetebol, do futebol ou do futsal. Terminará o conjunto com a intervenção daquela empena que tem e que de facto precisa de estar limpa e preservada. Quanto à Avenida General Humberto Delgado, ainda hoje falei neste assunto e não me custa nada admitir que não foi boa opção. E não me custa nada também desenvolver os procedimentos no sentido de repormos provavelmente a situação que tínhamos anterior da circulação no sentido contrário ao está neste momento, porque aquele atrofiamiento na zona do quiosque não é de todo agradável, não é funcional, não é prático. Quanto à zona pedonal com lojas a fechar, infelizmente é uma questão que nós procuramos minimizar com muitas das coisas que são feitas, não só a nível dos grandes eventos mas também de outros eventos que procuram dinamizar a parte central, o que não é uma tarefa fácil. Nós não conseguimos recuperar muito do comércio tradicional que lá existia, mas se calhar os próprios comerciantes não conseguiram encontrar a melhores soluções para manter este espaço animado. Agora também muito dos eventos que os senhores gostam de criticar, são eventos que estão permanentemente na zona central e que procuram dinamizar esta zona. Quanto às instalações do ciclo preparatório, tenho a indicação de que enquanto estiverem a decorrer as obras de ampliação na escola superior de enfermagem, eles mantêm ali as Tunas e a Associação de Estudantes. O acordo que existe e que eu espero que se confirme, é que logo que as obras estejam concluídas a escola superior liberta aquele espaço para que o mesmo possa ser destinado àquilo for a melhor solução, sendo certo que a Universidade Sénior tem mostrado grande interesse por utilizar, senão a totalidade, pelo menos uma grande parte daquele edifício. É isto que posso esclarecer relativamente a esta matéria e espera-se que a escola conclua as suas obras até final de junho e que possa abri o próximo ano letivo nas novas instalações. Quanto à questão da proteção civil, tenho a indicação de uma ação de formação no âmbito da proteção civil que vai ser estendida a todos os funcionários da câmara municipal. É preciso desenvolver outras ações para percebermos como podemos reagir e agir e que meios temos para acudir a uma tragédia que esperemos nós que não aconteça, mas em caso de acontecer consigamos responder da melhor forma. Quanto ao Hospital São Miguel, dar-vos nota que tive recentemente uma reunião, a meu pedido, com o Senhor Secretário de Estado da Saúde e com o Senhor Diretor do Centro Hospitalar do Entre o Douro e Vouga Dr. Miguel Paiva. Desta reunião resultou o empenho por parte das duas partes, nomeadamente do governo e da direção do centro hospitalar, de que vai haver agora um investimento de cerca de 100 mil euros nas infraestruturas, tendo em vista sobretudo problemas de infiltrações, de poder aproveitar alguns espaços que estão inviabilizados por causa disso e a recuperação de algumas valências que o hospital já teve e que passará a ter, nomeadamente na área da oncologia que já está a funcionar desse o início deste mês. Vai ter outras valências de outras áreas, nós temos a pediatria e

subunidades relacionadas com a pediatria que estão também desenvolvidas e ao encargo da Dra. Virgínia; a cardiologia e, portanto, acho que temos aqui boas expectativas. Acho que não devemos desistir daquilo que foi o estudo feito há seis anos relativamente à necessidade de se criar um hospital novo, mas pelo menos enquanto este estiver a funcionar e naquelas instalações que tenha mais dignidade, mais serviços e que sobretudo as pessoas confiem nos serviços prestados pelo Hospital S. Miguel, porque há neste momento alguma desconfiança no serviço prestado pelo hospital. Quanto à Wuhan Industries, eu ainda não tenho nenhuma novidade ainda. A última conversa que tive com o Eng.º Carlos Teixeira, foi que ele iria ter uma reunião em junho, julgo eu, com os responsáveis para ver se encontramos uma solução de investimento ou alienação. Em relação ao Azeméis Gran Plaza, nós tivemos uma reunião com o Senhor Carlos Martins e com o seu advogado, foi um início de conversa porque ele neste momento está mais preocupado com o dinheiro que adiantou do que propriamente em continuar com o projeto Gran Plaza. No entanto, ficou de estudar uma outra solução e que essa solução possa ser enfim proposta em tempo oportuno para ver se nós de alguma forma concordamos, sendo certo que o interesse mantém-se de que haja investimento por parte da Martifer, no sentido de cumprir com aquilo que estava prometido que era a aquisição total do terreno e da implementação do Azeméis Gran Plaza. Quanto à Bofeta, em Palmaz, já solicitei aos técnicos a fiscalização da obra. =====

===== **ORDEM DO DIA** =====

===== *A Câmara tomou conhecimento da Carta dos Objetivos Gerais de Atuação e Desempenho dos Serviços Municipais para 2017 e do Plano Operacional Municipal de Oliveira de Azeméis – Ano de 2017, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. =====*

===== **CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES** =====

===== **CENTRO LÚDICO - ALTERAÇÃO DE HORÁRIO (I/26588/2017):** *Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O interesse, a disponibilidade e a procura dos utilizadores do Centro Lúdico; - Os recursos humanos existentes neste serviço e tendo em conta a marcação de férias por um período mínimo de 10 dias úteis consecutivos: Proponho a seguinte alteração de horário: Horário de Verão| 29 de Maio a 29 de Setembro; Horário de Funcionamento: Segunda a Sexta-feira|10:30 às 13:00 e das 14:00 às 18:00; Terça-feira | encerrado de manhã Sábados, Domingos e feriados | encerrado; De 16 de agosto a 1 de setembro | encerrado.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

===== **COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES** =====

===== **FREGUESIA DE CUCUJÃES – 2.º CONVÍVIO MOTARD – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE CORTE DE ESTRADA/ OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA, COM ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS (I/27074/2017):** Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “À reunião de Câmara para ratificação do meu despacho de 12 - 04 - 2017 que se transcreve: "Defere-se o pedido de autorização de corte de estrada/ocupação da via pública, com isenção de pagamento de taxas. Elabore-se proposta para reunião de Câmara, para ratificação deste meu despacho."”. Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **PARÓQUIA DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS – CAMINHADA SOLIDÁRIA POR TERRAS DE S. MIGUEL – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE CONDICIONAMENTO DE TRÂNSITO, COM ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (I/25943/2017):** Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “À reunião da Câmara para ratificação do meu despacho de 13-04-2017 que a seguir se transcreve: "Defere-se o pedido de autorização de condicionamento de trânsito, com isenção de pagamento de taxas. Elabore-se proposta para a próxima reunião de Câmara para ratificação deste meu despacho." Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **COMBIPERFORMANCE – TESTE DE RALI – VILARINHO DE S. LUÍS - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE CONDICIONAMENTO DE TRÂNSITO, COM ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (I/26106/2017):** Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “À reunião da Câmara para ratificação do meu despacho de 18/04/2017 que se transcreve: "Defere-se o pedido de autorização de condicionamento de trânsito, com isenção de pagamento de taxas. Elabore-se proposta para reunião de Câmara para ratificação deste meu despacho." Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ABASTECIMENTO PÚBLICO** =====

===== **ALTERAÇÃO DO ANEXO I DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM BAIXA TENSÃO – EDP DISTRIBUIÇÃO (I/27184/2017):** Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: A EDP Distribuição é a concessionária da distribuição de energia elétrica em baixa tensão em toda a área do Município, exceto na Freguesia de Loureiro; A conservação das redes de iluminação pública é uma das obrigações da concessionária de acordo com o

contrato de concessão em vigor; Os equipamentos de tipo corrente definidos no anexo I do atual contrato de concessão, estão tecnologicamente ultrapassados; É importante fazer um ajustamento tecnológico destes equipamentos de forma a ter iluminação pública de melhor qualidade e mais eficiente, proponho: A aprovação da alteração ao anexo I do contrato de concessão de distribuição de energia em baixa tensão, protocolado entre a Associação Nacional de Municípios Portugueses e a EDP Distribuição, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada, remetendo-a à Assembleia Municipal para a competente aprovação. =====

===REUNIÃO PÚBLICA MENSAL – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO===

===== Aberto o período de intervenção ao público, o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao munícipe Eng.º António Moreira Rebelo, que fez a seguinte intervenção: Como certamente se recordarão estive aqui em reunião de cariz análogo em fevereiro de 2016, em fevereiro de 2017 e agora em abril de 2017, tendo em cada uma das reuniões anteriores a esta entregue em mão aos Senhores Presidente da Câmara à data a referência objetiva e clara de cada um dos processos camarários que me traziam cá. Apesar das promessas de resposta escrita ou verbal às questões relatadas e registadas, os senhores Presidentes da CMOA, o presente, Isidro Figueiredo e o seu antecessor Hermínio Loureiro, até à presente data ainda não se deram ao trabalho de responder. Até estou a pensar escrever um livro sobre isso. Pelo contrário, a aparente resposta foi dada no dia-a-dia com decisões ilegais, prazos de resposta a pedidos de operações urbanísticas cada vez mais longos, que, se não são vingança mesquinha, pelo menos parecem. Se assim for o que parece, eventual vingança pessoal ou incompetência funcional, de uma forma ou outra, parece que constituirão crimes. Trago aqui hoje para todos Vós, cópias das comunicações que aqui fiz e faço até à presente data em reuniões públicas da CMOA, para entregar a cada dos membros do atual executivo, com pelouro e sem pelouro, de modo a sensibilizar-vos ainda mais e para que ajudem a resolver o problema deste pelouro e não tenham o alibi de não terem conhecimento integral e completo das questões que aqui trouxe e trago ao vosso conhecimento, apesar de ter pedido aos Senhores Presidentes da Câmara em exercício à data para o fazerem e ter recebido da parte destes o compromisso de o fazerem, o que, parece não foi cumprido. Trata-se do processo camarário PI/742/2017, Plano de Alinhamentos das Ruas Fundadores da Feira e José Francisco Ferreira, em Cesar. Trago cópias desse processo para vos entregar também, do pedido, da resposta da CMOA, da contestação à resposta da CMOA e a resposta final da CMOA. A decisão final da CMOA, ao requerimento, como poderão constatar, revela uma enorme sapiência e argumentação jurídica que remonta às calendas gregas, deixando qualquer pessoas que a leia convencida, estarecida e rendida. E o que diz “arquive-se por inutilidade”, despacho proferido pelo Senhor Vereador

Ricardo Tavares em 19.04.2017, no uso da competência delegada. Como certamente estarão a pensar, este despacho, com este teor apenas, aparentemente não tem por onde se lhe pegue. Não tem substância, não tem sustentação legal, não tem fundamento. É um despacho vergonhoso. Saído da pena de quem de quando em vez se lembra de proclamar que a CMOA dialoga com os municípios de acordo com o que a lei obriga, mormente o RJUE, parece ser o cúmulo da ironia, a mentira das mentiras. Perante esta atitude e muitas outras semelhantes, Senhor Presidente Isidro Figueiredo, Senhoras e Senhores Vereadores, informo que, por uma questão de lealdade municipal a não haver da V. parte uma revogação deste despacho e de uma resposta escrita ou verbal a todas as questões que vos tenho colocado por escrito, no prazo de uma semana, darei o passo que sempre quis evitar. Antes de terminar permitam-me, Senhor Presidente, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores, que sugira a alteração ao atual regimento destas reuniões, no sentido do período de intervenção do público seja deslocado do fim do período da ordem do dia para o período de antes da ordem do dia e que essa intervenção seja dialogada com todos os membros do executivo camarário que o queiram fazer e devam fazer, de modo a que a intervenção do público, municípios ou não, não pareça o que hoje parece, um monólogo para mudos e surdos. =====

*===== **Aprovação por minuta:** Finalmente, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta, nos termos do n°3 e para efeitos do disposto no n°4 do artigo 57°, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. =====*

===== A presente ata foi distribuída por todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respetiva leitura conforme determina o n°4 do D.L. 45.362 de 21 de Novembro de 1963. =====

*===== E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram 12h15m, da qual para constar se lavrou a presente ata que eu,
, na qualidade de secretária a redigi. =====*